

# *Propostas de desenvolvimento para o Norte-noroeste Fluminense em perspectiva histórica*

## *Development proposals for the Northern and Northwestern Regions of the State of Rio de Janeiro in a historical perspective*

Arthur Soffiati \*

Este artigo examina a relação entre natureza, projetos e iniciativas de desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, desde o século 16, com a implantação da Capitania Hereditária de São Tomé, até a atualidade. Nele, empreende-se uma análise comparativa entre os modos de vida dos povos nativos que habitavam a região em estudo e dos conquistadores e colonizadores de origem européia, procurando mostrar como uma economia de subsistência contrastava com uma economia de mercado, que se pretende impor já com a primeira tentativa de colonização. Analisa os grandes projetos de desenvolvimento e a construção histórica do Rio de Janeiro e das duas regiões estudadas.

*This article examines the relation between nature, projects and development initiatives in the northern and northwestern regions of Rio de Janeiro, from the 16<sup>th</sup> century, with the implementation of the Hereditary Captaincy of São Tomé, to present time. The paper presents a comparative analysis between the life style of the indigenous peoples who inhabited the region and that of European settlers and conquerors. The comparison shows how the economy of subsistence contrasted with a market economy imposed in the first settling attempt. It also analyzes the great development projects and the historical construction of Rio de Janeiro and the two studied regions.*

Palavras-chave: História. Desenvolvimento regional. Natureza.

*Key words: History. Regional development. Nature.*

Há 450 anos, discute-se e tenta-se promover, com ansiedade, o desenvolvimento do norte-noroeste fluminense, território que recebeu várias denominações ao longo de cinco séculos. Primeiro, chamou-se Capitania de São Tomé ou da Paraíba do Sul. Depois, Distrito de Campos dos Goitacases, dentro da Capitania do Rio de Janeiro. No século XIX, passou a denominar-se Comarca de Campos, da Província do Rio de Janeiro. Finalmente, com a República, veio a ser conhecido por região norte fluminense, desdobrada posteriormente em norte e noroeste. O prisma diacrônico permite relativizar temas considerados absolutos e permanentes ou rasos, quando vistos sob uma ótica sincrônica. Dividindo o processo numa perspectiva temporal, somos levados a perceber que as pessoas, as idéias, os interesses são efêmeros. A história contribui para combater a arrogância, a intransigência e os dogmatismos.

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto 3 do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional Universidade Federal Fluminense - Campos/RJ.

Agrada-me trabalhar nos limites. Confrontar a realidade com o ser humano e sem ele, pensar um território habitado por povos nativos simples e por povos alienígenas complexos, mesmo sob risco de incorrer em ucronia. A região norte-noroeste fluminense presta-se, de forma exemplar, a este exercício. Basta dizer que, ao contrário do que se pensa, a maior obra da região não foi o desmatamento do tabuleiro ou o “saneamento” da baixada ou a agropecuária e a agroindústria sucro-alcooleira. Foi a planície fluviomarinha, construída pela companhia limitada rio Paraíba do Sul & Mar. Uma obra de origem não-humana, portanto, em relação à qual não há desígnio ou ele nos escapa.

Outro aspecto importante a ressaltar é que jamais ocorreu aos povos indígenas, primeiros habitantes humanos da região, qualquer idéia parecida com o que entendemos por desenvolvimento, crescimento e progresso. Eles simplesmente viviam o seu dia-a-dia, sem pensar no futuro, sem pensar em transformar o meio ambiente em direção a qualquer objetivo. No entanto, a relação espaço-recursos-densidade populacional propiciou aos grupos indígenas meios abundantes de existência. Aliás, a dar ouvidos a Richard Wilkinson (1974), se realmente é cabível uma era de afluência e um estado de bem-estar, ambos já foram vividos, na região, pelas nações indígenas (PONTING, 1995). Investigações arqueológicas efetuadas na ilha maior do arquipélago de Santana, em Macaé, mostram que a fome era, ao que tudo indica, desconhecida entre estas nações (LIMA; SILVA, 1984). O relato dos sete capitães, do século XVII, impressiona pelas referências à abundância de alimentos existentes na região.

“Ficamos pasmos de ver tanta grandeza, tanto do lago como da fertilidade da erva e sua grandeza, e muitas caças de aves, que aí matamos.”, exclama o autor do texto (MALDONADO, 1894). Ou, na fala do capitão Riscado, “Neste país, se sempre for assim, não se passa mal, e por essa mesma razão, é que estes Índios não quiseram acompanhar os outros que passaram ao norte do Paraíba.” (MALDONADO, 1894, p. 371). Inclusive, os primeiros colonos de origem européia beneficiaram-se da quantidade e da qualidade dos recursos naturais existentes entre os rios Macaé e Itabapoana. Malgrado o nível rudimentar das técnicas e das tecnologias produzidas pelos povos nativos, não havia ninguém morando na exclusão, conceito tão invocado nos dias que correm. Presume-se que os invasores e conquistadores europeus, responsáveis pela implantação contínua de um modo de vida ocidental na ecorregião em apreço, tenham recorrido a tais técnicas e tecnologias, no início da ocupação, de modo a melhor extrair e transformar recursos, até a adaptação de técnicas e tecnologias européias ao novo ambiente ou a produção de novas para melhor explorá-lo, como mostra Sérgio Buarque de Holanda (1976).

Todavia, os europeus e seus descendentes que se instalaram nesse território, olharam para os campos nativos e viram pastos ou terras agricultáveis. Olharam para as florestas e viram cifras. Olharam para os rios e imaginaram a existência de ouro em seus leitos. Em resumo, transplantou-se da Europa a idéia de desenvolvimento,

conquanto sua conotação, à época, fosse distinta da que vigora atualmente. A aplicação de tal conceito, ou ao menos propósito, acabou por criar uma sociedade desigual e uma economia voltada, em grande parte, para o mercado interno e externo. Quebrou-se, nesse momento, o equilíbrio que hoje se procura recuperar, com tanta sofreguidão, em outros moldes, por meio desta entidade de ordinário mal explicitada que se denomina “desenvolvimento”.

A primeira tentativa de encravar um núcleo europeu no norte-noroeste fluminense, com Pero de Góis da Silveira, visava promover o que se entendia por desenvolvimento na época: extrair metais preciosos que se supunha existirem nos leitos dos rios e no subsolo, madeiras das florestas e peixes das águas, além de introduzir a agricultura, a criação de animais, a manufatura do açúcar para dinamizar o comércio e gente para povoar. Em carta de 12 de agosto de 1545 para Martim Ferreira, seu sócio em Portugal, ele fala de seus planos. Segundo Carvalho:

Ora, por este rio (Itabapoana) a riba, onde começa a cair de quedas, e a se onde boamente podem as barcas ir, fui a ver e achei poderem-se fazer todos quantos engenhos quisermos, por ser um rio onde entram e podem entrar navios, como esse que veio, vindo em tempo de águas [...] Este dois homens com outros dois, que para isso assoldadei, vão a rotar e a fazer com os índios muita fazenda, a saber: plantar uma ilha que já tenho pelos índios roçada de canas, e assim fazer toda quanta fazenda pudermos fazer, para que, quando vier gente, ache já que comer, e canas e o mais necessário para os engenhos [...] É necessário ao menos virem sessenta negros de Guiné, logo este primeiro ano, dos quais faço conta de tomar uns dez para ajuda dos carretos e lenha, e os cinquenta irão para os engenhos d'água (CARVALHO, 1888).

Parece que o projeto de desenvolvimento da coroa portuguesa malogrou, neste primeiro momento, em função do choque entre os modos de vida indígena e alienígena, além das barreiras naturais. Com efeito, por mais que as tecnologias européias revelassem eficiência maior que as nativas, em drenar áreas úmidas, deitar florestas por terra e combater animais silvestres, a nova realidade ambiental, com suas dimensões gigantescas e impetuosas, revelava-se incontrolável naquele primeiro momento. Havia grandes extensões de terras disponíveis, mas não livres. A concepção, no entanto, permaneceu: conquistar e colonizar as terras, fazendo-as alimentar o mercado, apesar de estudos recentes revelarem uma expressiva atividade voltada para subsistência ao lado da produção mercantil, bem como comerciantes enriquecidos imobilizarem suas fortunas em terras, escravos e engenhos (CASTRO, 1987 e 1995; FLORENTINO, 1997; FRAGOSO, 1983, 1992 e 1993; GORENSTEIN, 1978; LARA, 1988; LENHARO, 1979; MARTINS, 1983; MOTTA, 1989; MUNIZ, 1979; SCHWARTZ, 1988; MELLO E SOUZA, 1986; CASTRO FARIA, 1986 e 1998).

O “Roteiro dos Sete Capitães”, relacionado aos primórdios de uma ocupação bem sucedida do território norte fluminense para europeus e desastrosa para os indígenas, não deixa dúvida quanto ao caráter desenvolvimentista da implantação de sesmarias. A finalidade principal era promover o extrativismo, a agricultura e a pecuária para o mercado. Em algumas passagens do documento, explicita-se tal intuito. Segundo Maldonado:

[...] saímos ao largo da campina a ver tamanha grandeza. Os nossos corações se abrasaram de alegria por ver que tínhamos alcançado tão rica propriedade para as nossas criações de cavalar e vacum, que tanto carecíamos para o fim dos nossos engenhos: as nossas vistas não alcançavam o fim das campinas continuadas (MALDONADO, 1894, p. 355).

O projeto civilizatório e desenvolvimentista, lançado para o futuro, expressa-se numa declaração e num diálogo entre sesmeiros e naufragos que viviam entre os índios. Segundo Maldonado:

Já temos dado apelido a outros lugares, é necessário ir dando a outros também, pois estamos em um país inculto, que está em uma escuridade, é necessário que nós lhe demos a luz da aurora, para os nossos vindouros e para sua civilização [...] quando viermos havemos de trazer algumas ferramentas, pois o território se vai povoar, e vocês também podem fazer seus estabelecimentos, assim como também estes Índios, que pretendemos aldeá-los no interior em lugar que melhor possam permanecer (MALDONADO, 1894).

Na segunda viagem, em 1633, empreendida por terra, os fidalgos levaram uma vaca, três touros e treze novilhas. Dividiram as terras em extensas propriedades rurais com testada na costa e fundos a perder de vista, na Serra do Mar. Matas foram cortadas no dilatado Campo Limpo para ceder lugar a um curral e a uma choupana, onde deixou-se como curraleiro o índio aculturado Valério da Cursunga. Dois machados, três facões e cinco enxadas foram deixados com os naufragos e com o curraleiro. Na terceira viagem, em 1634, os sesmeiros levaram mudas de mandioca para plantio.

A representação do capitão André Martins da Palma, de 1657, é clara quanto a este propósito. Nela, figura pela primeira vez o termo “desenvolvimento” aplicado à região. A receita consistia em dominar e escravizar índios, extrair madeiras das densas florestas ao norte do rio Paraíba do Sul, aproveitando este curso d’água para a navegação e protegendo-o dos inimigos com um forte em sua foz, fundar povoados europeus em pontos estratégicos, fomentar a agricultura, a pecuária e os engenhos de açúcar e aumentar a presença da coroa na região. A linguagem do capitão já apresenta traços do que caracterizará a modernidade. Segundo Palma:

O que V. Majestade deve mandar obrar por provisões suas, pondo ministro de sua real fazenda, deve ser na barra deste rio (Paraíba do Sul) se faça uma fortaleza real com sua artilharia, que resguarde dela, e do inimigo holandês que infecciona esta costa, e não vir a entrar por ela a ser senhor de um tão grande tesouro. Logo que na praia do dito rio, e à boca da barra se faça uma vila com suas justiças para as entradas das embarcações, e que, onde hoje temos ainda povoação, seja cidade com superioridade de jurisdição sobre a dita vila por ser distante dela mais de 8 léguas, com capitão major independente do governo do Rio de Janeiro [...] É de saber, que pela muita fertilidade da terra há nela muitos canaviais de canas de açúcar, e a terra em si; com tanto assento para engenhos de água, que todos se meterão no emprego deles, sabendo que o fazem no seu, e donde os não mandem despejar, quando quiserem, por tudo serem campos à borda do rio tão grandioso que poderá mover mil engenhos sem lhes fazer falta água, carnes, lenhas, por tudo ser em tanta abundância, e a terra tão fecunda que para tudo há sem detrimento, com que V. Majestade terá de renda muitos mil cruzados sem gastar algum de sua real fazenda, e será necessário para se comboiarem os açúcares em grande frota [...] Além de tudo isto, tem V. Majestade grandes e dilatados matos de pau de jacarandá, a que chamam pau d'el rei, que só de direitos, havendo navegação, importará em muitos mil cruzados [...] Há mais no sertão muitas minas de prata e ouro, e mais materiais [...] Há uma alagoa mui grande para a comunicação dos povos vizinhos, que, sendo de água doce, se não vê terra, navegando-se por muitos dias, e é tão dilatada que por um mês e mais se não corre. Nesta pode V. Majestade mandar, que fazendo-se povoações, se cultivem, podendo-se pôr nela grandes moinhos, com o que haja dilatadas searas de trigo pela terra e dar muita abundância, e crescendo os moradores nela importarão muita fazenda à real coroa de V. Majestade pela brevidade do comércio, em razão de ser por mar e vir sair duas léguas do sítio, em que advirto a V. Majestade se faça a cidade, além de muitos currais [...] (PALMA, 1884).

Este projeto torna-se mais elaborado no século XVIII. O relatório do Marquês de Lavradio não regateia encômios ao Distrito dos Campos dos Goitacases. Segundo Lavradio:

Aquele distrito é importantíssimo e digno de merecer os particulares cuidados de V. Exc.: há nestes vastíssimos campos, muito férteis e de grandíssima produção, o açúcar; e toda a casta de mantimentos produzem com muita diferença das outras partes. Tem muitas e excelentes madeiras, admiráveis bálsamos, óleos, gomas, e muitas outras drogas preciosas, com que se pode aumentar o comércio, e até tem excelentes minas de ouro [...] Tem muitos rios navegáveis, e em que hoje se principia a fazer bastante comércio (LAVRADIO, 1863).

Os escritos do infante cartógrafo Manoel Martins do Couto Reis mereceriam um capítulo à parte no que concerne ao desenvolvimento, um dos diversos temas tratados por ele, sempre com bastante acuidade. Movido por um zelo extremado acerca dos interesses da Coroa e da comunidade, o militar confronta a realidade encontrada no Distrito dos Campos dos Goitacás com sua visão de desenvolvimento. Alimentado pela ilustração do século XVIII, seu projeto incluía um domínio sobre a natureza norteado pela razão, o uso judicioso dos recursos naturais em benefício dos interesses reais e públicos, o incremento da economia, mediante o aumento da produtividade e da diversificação, o uso dos rios para a navegação, um tratamento especial para os índios, o respeito ao escravo dentro dos limites da escravidão e até uma certa preocupação social, pleiteando a terra para aqueles que nela produzem. Referindo-se ao estado de abandono do rio Macabu, ele invectiva. Segundo Couto Reis:

Se a nossa vergonhosa inércia – digna de lástima – não fora tão continuada, poder-se-ia com o tempo, aplicação, e forças, reduzir a campo perfeito, o que até agora pela causa referida, é defeituoso: com este importantíssimo benefício, lograríamos os futuros moradores a beleza de agradáveis campos, a de uma apreciável, e utilíssima navegação para mais pronta exportação dos seus gêneros; teriam juntamente a escolha das melhores situações em terras fertilíssimas, mais, e menos altas, para edificarem suas casas, suas lavouras, e criações; abundância de madeiras para fornecimento das suas fábricas, para seu comércio, e finalmente floresceriam com todas as vantagens, que o bom lavrador pode apetecer. Mas a desordenada cobiça, ambição, e extravagância dos homens [...], é causa de se conservar este rio despovoado. Acima da sua barra  $\frac{1}{4}$  de légua, tem um engenho de açúcar; e dali para diante nada há conveniente (COUTO REIS, 1785).

Se, por um lado, o militar defende a grande propriedade produtiva; por outro, são implacáveis suas críticas ao sistema de sesmarias, pelo qual pessoas ambiciosas recebiam terras gratuitamente para apenas adquirir prestígio e privar lavradores que desejavam ter acesso a elas para produzir. Assim, Couto Reis parece entender a distribuição de terras a pobres que as queiram cultivar como fator de desenvolvimento, tanto quanto sua imobilização por grandes sesmeiros como forma de estagnação. Eis a sua crítica. Segundo Couto Reis:

Muitos homens possuidores de avultadas porções de terras, que nem em duplicados, ou multiplicados anos de vidas as acabariam de cultivar, excitados pela cobiça de quererem dominar, e mandar tudo, têm tomado por sistema não quererem demarcar as que lhes pertencem, a fim, ou de que nas terras devolutas das suas vizinhanças, não venha a introduzir-se outro morador; ou para as irem lavrando afetando a dúvida de que lhes parecia, que eram

suas; e como tais lhes davam exercício; para depois em qualquer tempo, saírem com embargos a qualquer novo, e bem intencionado sesmeiro, que justamente as pedisse; fundando a sua malícia, em dizer, – segundo as disposições das leis – que em primeiro lugar estão eles; porque de muito tempo as cultivam em boa fé, etc. – assim são cá as boas fazendas –. Este é o último expediente, que tomam, quando entendem, que o novo sesmeiro, é poderoso; e pode coisas com uma longa demanda, que a ser pobre logo logo o fazem esmorecer, e desistir da pretensão, dizendo-lhe, que eles ignoram, quais sejam os limites das suas possessões, que nunca se demarcarão, e que nem tiveram, e nem tem precisão disso, que debaixo da boa fé ali viveram, - ou eles, ou seus antepassados – e que estão para fazerem uma despesas desnecessária com a Justiça para aquele fim, porém que se ele suplicante tem aquele intento concorra com os gastos, que em tal caso são indispensáveis etc., o pobre, que pouco, ou nada possui, mete a sesmaria na algibeira, e fica com os gastos, que fez em consegui-la. Este o estado de abuso, e do orgulho suscitado contra o bem comum [...] (COUTO REIS, 1785).

Na transição dos séculos XVIII para o XIX, sobressai-se ainda o pensamento do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, nascido em Guarus e com grande trânsito na parte ocidental do império colonial português. Pode-se considerá-lo como o fundador da economia política brasileira, ainda que o Brasil continuasse colônia de Portugal. Conquanto visivelmente influenciado pela Ilustração, Azeredo Coutinho ataca fortemente os iluministas, sobretudo Montesquieu, oferecendo uma explicação para as sociedades tropicais que bastante se assemelha às concepções de Gilberto Freyre e Silva Melo, quanto à superioridade dos trópicos. A seu ver:

[...] necessariamente o homem nascido debaixo da Zona Tórrida há de ter ao menos muito mais coragem do que o homem nascido e criado debaixo dos gelos, dadas as mesmas circunstâncias [...] Compare-se, por exemplo, um índio Goitacá, nascido e criado debaixo da Zona Tórrida no Brasil, junto às margens do rio Paraíba do Sul, com um índio esquimó, nascido e criado no meio dos gelos do Norte da América, junto às margens do rio S. Lourenço: ver-se-á aquele, guerreiro e invencível cheio de força e de coragem; este, miserável, fraco, pusilânime [...] Compare-se um preto dos sertões do Senegal, na África, nascido e criado debaixo de um céu abrasador, com um lapônio dos fins da Europa junto às margens do mar Glacial: ver-se-á aquele, cara a cara atacando e lançando por terra os mais bravos leões; este tremendo de frio e de medo [...] Passando para os irracionais: compare-se a força e a coragem de um tigre ou de um leão das planícies do Saara, com a de um lobo, ou com a de um urso da Sibéria; ver-se-á que estes apenas poderão servir de criados daqueles. Passando para os vegetais: compare-se a força e a rijeza de um pau-ferro, de um ipê, de um guramirim de



um sucupira das margens do Amazonas, com a de um carvalho, de um bucho, de um castanho, de um pinho das margens do Dniéper; ver-se-á o quanto estes são brandos a respeito daqueles. A natureza, que em todas as suas produções debaixo da Zona Tórrida, se mostrou forte e robusta, tanto a respeito das fibras dos irracionais, como dos vegetais, só se havia de mostrar fraca e degenerada a respeito da fibra do homem, o primeiro objeto da criação?! Que inconseqüências! (AZEREDO COUTINHO, 1966).

Ainda que o bispo incorra no erro que imputava a Montesquieu, adotando a explicação do filósofo francês ao inverso, Azeredo Coutinho integra o paradigma da Ilustração, e esta premissa permite-lhe defender a possibilidade de se promover o estilo de desenvolvimento europeu nos trópicos, quiçá de modo até mais bem sucedido. E é esta exatamente a tarefa do pensador: civilizar os índios não por meio de atividades geradas na Europa, mas sim por intermédio daquelas que eles já praticavam, com êxito, em seus ambientes, quais sejam, o extrativismo florestal e a pesca; civilizar os negros africanos, libertando-os da escravidão praticada em seu continente e submetendo-os a uma escravidão “engrandecedora” em território americano; promover a agricultura e a pecuária; explorar minérios; aproveitar as vias hídricas para a navegação e abrir canais para incrementar este meio de transporte. Azeredo Coutinho foi, ao que parece, o primeiro a recomendar a construção do canal Campos-Macaé (1988).

No século XIX, presencia-se uma verdadeira explosão de projetos desenvolvimentistas por parte das elites rurais e urbanas. José Carneiro da Silva pontifica com sua ardorosa defesa da abertura de canais e estradas (s. d.). Num escrito que marcou época, o Visconde de Araruama mostra, tal qual Couto Reis, que o Distrito dos Campos dos Goitaicás apoiava-se, entre 1750 e 1850, numa economia rural bastante diversificada que, progressivamente, vai cedendo lugar à agroindústria açucareira (1907). Outro grande impulsionador do desenvolvimento regional, na primeira metade do século XIX, foi Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, chefe da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, que se estendia do rio Itabapoana a Saquarema. Militar e engenheiro, Bellegarde traça com detalhes um diagnóstico do sistema viário, da situação dos portos, das condições dos núcleos urbanos deste extenso território e oferece soluções com precisas estimativas de custo. Adverte ele em seu relatório que:

Escusado é aqui mencionar qual seja a importantíssima utilidade das Estradas, e as Pontes, em geral, e qual sua origem e desenvolvimento, desde os felizes dias da Grécia até os nossos, e qual finalmente o lugar eminente que elas ocupam entre os elementos materiais que indisputavelmente concorrem para a ventura de um Povo (1837).



Um dos projetos de desenvolvimento mais abrangentes para a região, formulados no século XIX, coube a um francês entusiasta do progresso e da república. Trata-se de Charles Ribeyrolles. Após descrever, em linhas gerais, a história da região e o estado de sua economia, Ribeyrolles expõe seu programa para o desenvolvimento da mesma:

Os sertões de Macaé, as culturas de S Fidélis, o áspero distrito de Itabapoana e todas as serras que fecham o horizonte estão cobertos de florestas magníficas onde se encontram todas as matérias. Por que não regular essa exploração que favorece os estaleiros, a marcenaria, a tinturaria, a medicina? [...] Vastas pastagens ao longo dos cursos d'água, brejos, lagoas à flor da relva, tão fáceis de secar por meio de valas de esgoto, tudo se oferece ao trabalho hábil, e aí se acham as melhores condições de terreno para nele fundarem-se as maiores empresas pastoris. Por que não se há de povoar a gleba, apurando as raças, e restituir à propriedade a sua rica indústria dos primeiros tempos? Os cavalos do país, raça esperta, veloz e vigorosa, ganhariam em força, e ter-se-ia matéria prima para duas grandes fabricações que sustentam os mercados: os couros e as lãs [...] Também seria conveniente não esquecer que antes do café, do açúcar e dos doces, é preciso a farinha, e que é loucura depender do comércio estrangeiro, quando se tem à mão uma terra fecunda, que produz mesmo nas areias [...] Essa variedade de culturas, essa energia do trabalho agrícola, isso a que chamamos desenvolvimento universal sucederia tanto melhor quanto se sabe que ao redor de Campos as saídas são francas e os transportes relativamente fáceis [...] A barra [do Rio Paraíba do Sul] é arenosa, cortada de correntes, semeada de ilhotas e recifes, inacessível às embarcações a não ser nas marés cheias, com bom vento. A seção das oito léguas entre S. João da Barra e Campos é toda ela uma continuação de areias flutuantes, grandes ervas, olhos d'água; e dragar o fundo do rio, conservar as barrancas, dominar e regular a barra a fim de ser possível uma entrada livre e segura é empresa que custaria muito caro. Contudo, seria bom pensar nisso. É um dos grandes trabalhos reservados a Campos [...] O outro se relaciona com a cachoeira do Paraíba. A embocadura e as quedas d'água, eis os dois obstáculos, os dois escolhos. Suprimidos ou desviados, o rio dá cem léguas pelo interior e Campos fica com as chaves do Paraíba e do mar [...] Sonhamos para Campos, num futuro próximo, uma terra salubre, de culturas variadas, mais opulentas do que a terra lombarda, onde tão bem se sabe secar as lagoas [...] Enfim, o povo é laborioso e a terra se presta a tudo [...] Um pouco de energia, campistas, e justificareis a verdade dos índios. Vossa terra se chamará com propriedade – o campo das delícias (1980).

Ribeyrolles escreve na época de fausto da comarca de Campos, apontando já para um dos temas que preocupará as elites políticas e econômicas a partir do final do século aos dias que correm: a drenagem de lagoas para a incorporação de terras ao processo produtivo. Quando da visita do revolucionário francês ao norte fluminense, os barões

da cana, do café e do gado desenvolviam suas atividades ao lado de uma economia rural diversificada e de um comércio pujante, empreendendo, com o apoio do poder público, a abertura dos canais Campos-Macaé, de Cacimbas, do Nogueira e da Onça para favorecer a circulação de pessoas e de mercadorias internamente, junto à navegação de cabotagem.

O esplendor de uma economia escravista leva também as elites a pleitearem a criação de uma nova província, reunindo o norte fluminense, o sul capixaba e a zona da mata mineira, com capital em Campos, o que conferiria à região um “status” político correspondente à sua importância econômica. Criação de uma nova unidade e mudança de capital constituíram-se em reivindicações ainda hoje recorrentes (SOFFIATI, 1998).

Na segunda metade do século XIX, a demanda nacional e internacional pelo açúcar leva a agroindústria deste produto a se expandir sobre outras atividades econômicas e sobre lagoas e florestas. Os antigos e muitos engenhos são substituídos por modernas unidades de produção: os engenhos centrais e as usinas, via de regra inteiramente importadas da Inglaterra e da França e erguidas do pé, como então se dizia, em terras do norte fluminense. A par da centralização de capitais, verifica-se também uma verdadeira revolução na parte agrícola do setor canavieiro, com pesquisas agrônomicas promovendo o aumento da produtividade. As hidrovias também serão progressivamente substituídas por ferrovias que permitissem o escoamento mais rápido e eficiente da produção. São, assim, construídas as estradas de ferro Carangola (ligando Campos às localidades sitas à margem esquerda do rio Paraíba do Sul), São Sebastião (percorrendo a Baixada dos Goitacases) e Campos-Macaé, todas elas figurando no mapa da Província do Rio de Janeiro organizado por Manuel Maria de Carvalho (1888). Nestas ferrovias, entroncavam-se ramais ligando-as aos engenhos centrais e usinas, construídas às expensas de seus proprietários. Na última década do século, será criado também o primeiro serviço de “saneamento” da planície, com o nome de Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro, tendo como principal dirigente o engenheiro Marcelino Ramos da Silva. Nesse período, destacam-se, como pensadores do desenvolvimento, as figuras de João José Carneiro da Silva e de Manoel Rodrigues Peixoto. O primeiro, autor de dois livros fundamentais para a compreensão do conceito de desenvolvimento então vigente, tratou de temas relativos às cultura da cana e da mandioca, ao desenvolvimento dos engenhos centrais e mistos, à fabricação de açúcar por métodos modernos, à questão da escravidão, à imigração de europeus e chineses, às hidrovias e ferrovias (CARNEIRO DA SILVA, 1872 e 1875; 1876). O segundo, com intensa atividade parlamentar como deputado federal e, executiva, como prefeito de Campos, foi autor de diversos discursos e escritos sobre o desenvolvimento regional pela ótica das elites. Além de abordar assuntos concernentes a problemas econômicos, sociais e políticos, travou com João José Carneiro da Silva, pela imprensa local, acalorada polêmica sobre os preços do açúcar. (PEIXOTO, 1908). Ainda no final do século XIX,

Saturnino Braga defende a diversificação econômica com a criação de uma fábrica de tecidos e faz a apologia da cotonicultura (1883).

Após o projeto modernizante de reforma urbana para Campos, idealizado por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, em 1902 (1943), várias comissões de “saneamento” foram criadas com o objetivo primordial de domesticar as águas superficiais da região, drenando lagoas e brejos para entregar seus leitos dessecados à cana, principalmente. À relativa diversificação agrícola sucede a monocultura canavieira, que, dominando já secularmente a planície aluvial, galga agora os tabuleiros desmatados. O fim da escravidão representou também o fim da velha aristocracia rural e produziu um certo pessimismo. Porém, a multiplicação das usinas breve devolveu a confiança num futuro promissor para a região, que ingressava numa etapa dura e arrogante da Modernidade. Fortaleceu-se a crença no poder da ciência e da tecnologia. Nunca se exaltou tanto o domínio do “homem” sobre a natureza. Jamais se acreditou tanto na inexorabilidade do progresso. Este momento é ricamente ilustrado por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, já mencionado, e por Alberto Ribeiro Lamego. Saturnino de Brito via as lagoas como focos de doenças e fator limitante da agropecuária e da agroindústria, como, de resto, os intelectuais de seu tempo.

Além da rede de cursos – dizia ele –, muitos só fluentes por ocasião das águas altas, amplíssimas regiões acham-se cobertas por águas de lagoas e pântanos que, dessecados ou drenados e irrigados, ofereceriam terrenos ubérrimos à agricultura e à indústria pecuária, além das garantias de salubridade para o município em que o paludismo é um fator constante na constituição médica (1943).

Ninguém, contudo, foi mais longe que Alberto Ribeiro Lamego na apologia do desenvolvimento e da superioridade do homem do brejo. Reunindo o determinismo e o possibilismo geográfico, num mesmo quadro teórico, ele representou, a seu modo, um ecletismo teórico que misturava correntes européias, então em voga, a exemplo de Gilberto Freyre. O brejo e a serra plasmaram um homem forte e empreendedor que, por seu turno, plasmou e domesticou seus ambientes. Já a restinga só produziu espíritos tíbios e indolentes que só lograram algum êxito graças à prosperidade que se desenvolveu em sua retaguarda (1934, 1940, 1946 e 1950).

O período áureo das usinas começou a manifestar sinais de cansaço nos anos 60. Mesmo o esforço final do Departamento Nacional de Obras e Saneamento não foi suficiente para soerguer a agroindústria sucro-alcooleira. Novas áreas ingressavam neste setor com tecnologias mais modernas, deixando o norte-noroeste fluminense para trás. São Paulo assumiu rapidamente a liderança do Programa Nacional do Álcool, que não logrou promover a recuperação desejada para a região norte-noroeste fluminense, embora tenha sido, ao lado do petróleo explorado na Bacia de Campos, uma das atividades a atualizar a inserção regional no processo de globalização (CRUZ, 2005). Começou-se, então, a falar na diversificação da economia como uma forma de salvar a região da crise.

Este é o quarto momento da história do desenvolvimento regional. Entende-se, agora, que a agropecuária e a agroindústria devem continuar existindo como o principal sustentáculo da economia, desde que devidamente modernizadas, mas não reinando absolutas como antes. Esboça-se um projeto de industrialização nos moldes da Modernidade, muito embora não se tenha consciência do que venha a ser Modernidade. A base desse projeto consiste na instalação de pólos ou de unidades industriais com plantas avantajadas. Nada de pequenos empreendimentos. Só o grande resolve. Para tanto, é preciso criar facilidades. Daí o pleito pelos incentivos fiscais, em pauta há quase trinta anos. Daí a implantação do Distrito Industrial, que redundou num grande fracasso. Daí a Petrobras, que Campos dos Goytacazes considerou naturalmente sua, por desfrutar da posição de metrópole regional, mas que acabou se instalando em Macaé. Se, por um lado, Macaé assistiu a um crescimento vertiginoso, por outro, teve agravados seus problemas de desigualdade social, de marginalização, de miséria, de violência, de saneamento básico, de doenças transmissíveis, de perda de identidade cultural.

Outras reivindicações alinharam-se desde então: pólo petroquímico, pólo álcool-químico, unidade de amônia-uréia, uma universidade voltada para a solução dos problemas regionais, gasoduto, heliporto, refinaria, usina termoelétrica, terminal alfandegário, porto marítimo na foz do Canal da Flecha ou na Praia do Açú e uma refinaria na localidade de Guriri (que o governo federal decidiu instalar em Itaboraí e em São Gonçalo), sem jamais se perder de vista programas para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, tais como o Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense, o Pró-Várzeas, o Projir e outros. Multiplicaram-se os encontros e as manifestações, promoveram-se o Progredir, o Grito do Interior, o Fórum Regional de Desenvolvimento, passeatas no Rio de Janeiro e atos públicos. O projeto passa também pela instância política, pretendendo-se a des fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a mudança da capital do Estado do Rio de Janeiro para Campos dos Goytacazes e até a criação de um novo Estado com Campos dos Goytacazes como sede, propostas, aliás, bem antigas. Enquanto isto, as camadas médias da população, surdamente, foram buscando soluções para seus problemas de sobrevivência. Assim, o espaço econômico vazio foi ocupado por micro, pequenas e médias empresas, principalmente no setor cerâmico, no de confecções e no de serviços. Mais recentemente, o governo do Estado do Rio de Janeiro criou o Programa Frutificar, como uma tentativa de diversificação das atividades rurais e atendendo à demanda da fábrica de polpa e sumos Bela Joana, do poderoso grupo MPE. Os resultados não foram os esperados. A compensação financeira da Petrobras aos municípios pela extração de petróleo gerou um volume de recursos extremamente alto nas mãos das prefeituras, mas eles não têm se traduzido em desenvolvimento socioambiental. Bem ao contrário, contribuíram para a formação de grupos plutocráticos.

Interessante notar que o século XVIII teve em Azeredo Coutinho o grande pensador do desenvolvimento imperial, colonial e regional. O século XIX contou com José Carneiro da Silva, Charles Ribeyrolles, João José Carneiro da Silva, Manoel Rodrigues Peixoto e Saturnino Braga. A primeira metade do século XX teve em Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e Alberto Ribeiro Lamego seus dois maiores animadores do desenvolvimento. Este quarto momento carece de alguém que formule um projeto global e sistematizado. Temos apenas pensadores fragmentários, como Jorge Renato Pereira Pinto, Odilon Martins, os editoriais da “Folha da Manhã”, Adailton Rangel, Nilo Siqueira. Os críticos mais colados deste momento são o sociólogo José Luiz Vianna da Cruz, Roberto Moraes e Rodrigo Serra, que expressam regularmente suas idéias acerca do desenvolvimento regional nas páginas dos periódicos locais, com ênfase sobre o social. Os ecologistas também assumem uma postura crítica ante este projeto, só que de forma mais distanciada, movimentando-se num paradigma que não pode mais ser considerado moderno nem tampouco pós-moderno.

Ao contrário do que supõem os desenvolvimentistas clássicos, os ecologistas conseqüentes não vivem de saudosismos. Se bem que veja nas sociedades indígenas o melhor modelo de desenvolvimento até hoje alcançado na região, entendo impossível voltar ao passado. É preciso caminhar para frente, mas não a qualquer custo, passando por cima de valores éticos, das necessidades básicas do ser humano, do patrimônio cultural e da qualidade ambiental. Apóio meu conceito de desenvolvimento em vários economistas e sociólogos muito pouco conhecidos nesta província de interesses tão imediatistas e estreitos. Poucos terão ouvido falar em Schumacher (1979), Ignacy Sachs (1986), Richard Wilkinson (1974) e Edgar Morin (S/D). Estes autores propõem, primeiramente, um desenvolvimento endógeno, ou seja, de dentro para fora e de baixo para cima, em consonância com os contextos ambientais e culturais de uma região. Nele, não é bem visto o político que vive à espera de benesses das instâncias governamentais acima do município. Antes de mais nada, as lideranças políticas devem ter lucidez quanto aos recursos de que dispõem e formular projetos de desenvolvimento que ocupem os espaços abandonados por empreendimentos convencionais ou ainda não ocupados por eles. Esta ocupação deve privilegiar um estilo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade cultural e na sustentabilidade ambiental. Uma das táticas para viabilizá-lo é a diversificação das atividades econômicas em todos os níveis. A monoatividade torna uma economia muito vulnerável às oscilações do mercado e da natureza. Outra é o incentivo às pequenas unidades econômicas, na agropecuária, na indústria, no comércio, nos serviços, principalmente na produção de idéias. A terceira vem a ser a integração de tais atividades entre si, com vistas a um desenvolvimento múltiplo, integrado e ótimo, e com o meio ambiente, a fim de torná-las ecologicamente sustentáveis.

Entra aqui uma outra concepção de trabalho. Na visão convencional, o importante é gerar emprego, pelo menos em nível de discurso, não importa o que ele produza.

Na visão do ecodesenvolvimento, deve-se gerar trabalho sócio-ambientalmente útil, ou seja, aquele que proporcione condições dignas de vida ao trabalhador e ainda gere bens e serviços úteis à sociedade de forma ecologicamente sustentável. Se, de um lado, faltam habitação, saneamento básico, educação, alimentação, qualidade ambiental, e, de outro, há desemprego, por que não gerar empregos exatamente nestes setores? Cabe também uma nova relação entre cidade e campo, entre seres humanos e natureza não-humana. Há que se formular igualmente um novo conceito de desenvolvimento urbano e regional. Não se pode governar um município como se ele estivesse isolado dos outros ou como se ele fosse só campo ou só cidade. O Plano Estratégico para o município de Campos dos Goytacazes representou uma oportunidade perdida de colocar em marcha pelo menos as recomendações da Agenda 21 em níveis regional e municipal. Parece que o novo Plano Diretor do Município também ignorará a Agenda 21.

Por mais que os governos municipais não disponham de autonomia plena para executarem um projeto como este, há que se convir que existe um campo aberto para o exercício da criatividade, sobretudo com a abundância financeira oriunda dos royalties do petróleo. Este me parece ser um projeto inviável. Creio que, com seriedade, competência, transparência e criatividade, é possível começar a construí-lo. Ele aponta para o futuro, não para o passado.

## *Referências*

AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. *Concordância das Leis de Portugal e das Bulas Pontifícias das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

\_\_\_\_\_. *Obras Econômicas de J. J da Cunha de Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. (Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda).

BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.

CARNEIRO DA SILVA, João José. *Estudos Agrícolas, 1ª e 2ª séries*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1872-1875.

\_\_\_\_\_. *Estudos Econômicos*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1876.

CARVALHO, Manoel Maria de (Org.). *Província do Estado do Rio de Janeiro e Município Neutro*. Rio de Janeiro: 1888.

CASTRO FARIA, Sheila de. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacases, 1850-1920*. Dissertação de mestrado, ICFH: UFF, Niterói: 1986.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil séc XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Il<sup>mo</sup>. E Ex<sup>mo</sup>. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: manuscrito original, 1785.

CRUZ, José Luís Vianna da. Os desafios na região brasileira do petróleo. In: *Brasil, o Desafio da Diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

\_\_\_\_\_. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

\_\_\_\_\_. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920*. Dissertação de mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro: 1983.

GORENSTEIN, Riva. *O Enraizamento de Interesses Mercantis Portugueses na Região Centro-Sul do Brasil: 1808-1822*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Católica, 1934.

\_\_\_\_\_. Mármore do Muriaé. Boletim n. 97. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral/Serviço Geológico e Mineralógico, 1940.

\_\_\_\_\_. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

\_\_\_\_\_. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAVRADIO, Marquês de. Relatório entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no vice-reinado. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 16, tomo IV, 2. ed. Rio de Janeiro: Tip. De João Ignácio da Silva, 1863



- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA, Tânia Andrade; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Zôo-arqueologia: alguns resultados para a pré-história da Ilha de Santana. *Revista de Arqueologia v. 2 n. 2*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, jul./dez. de 1984.
- MALDONADO, Miguel Aires. Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: o tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, XIII, n. 1, 1983.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MORIN, Edgar. Sociologia: a Sociologia – do Microsocial ao Macrossocial ao Macroplanetário. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.
- MOTTA, Márcia Menendes. *Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma Região Policultora, 1808-1888*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro: 1989.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os Donos da Terra*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1979.
- PALMA, André Martins da. “Representação sobre os meios de promover a povoação dos Campos dos Goitacases em 1657”. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XLVII, parte I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1884.
- PEIXOTO, Manoel Rodrigues. *Cultura da Cana de Açúcar e Porto de São João da Barra*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil: 1908.
- \_\_\_\_\_. Lavoura em Campos dos Goytacazes e a baixa do Açúcar. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 1874.
- PONTING, Clive. *Uma História verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. V. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- RODRIGUES DE BRITO, Francisco Saturnino. *Saneamento de Campos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SATURNINO BRAGA, Francisco Ferreira. Do algodoeiro e sua cultura. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 8, 9 e 10 mar. 1883.
- SCHUMACHER, E. F. *O Negócio é Ser Pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, José Carneiro da. *Memória sobre a Abertura de um Novo Canal para Facilitar a Comunicação entre a Cidade de Campos, e a Utilidade que Resulta à Civilização, à Agricultura, e ao Comércio, da Construção destas Obras*. Campos dos Goytacazes: Tipografia Patriótica de A J P. Maya Parahiba, e C. A., s/d.

SILVEIRA, Pero Góis da. Carta a Martim Ferreira escrita na Vila da Rainha a 12/08/1545 *apud* CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*. Campos: Tip e Lit de Silva, Carneiro e Comp., 1888.

SOFFIATI, Arthur. “A construção-desconstrução da região norte-fluminense numa perspectiva tetradimensional”. *Anais da II Jornada de Trabalho do Laboratório de Análise do Processo Civilizatório - Tempo e espaço: a construção da história regional*. Campos dos Goitacases: Universidade Estadual do Norte Fluminense: Centro de Ciências do Homem, 1998.

WILKINSON, Richard. *Pobreza e Progresso: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 1974.

